



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) no 13.199/99 (CBH-PJ)

ATA da 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PJ1 DE 2018

Data da reunião: 18/09/2018 (Terça feira) 10:00 Horas

Local: Auditório da Câmara Municipal de Itapeva /MG

Participantes:

Poder Público Estadual

Izabella Cristina Correia de Rezende
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário -
SEDA:

Giovani Grande
Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais
SES

Poder Público Municipal:

Ariane Cristine da Silva
Prefeitura Municipal de Camanducaia MG

Damião Aparecido do Couto
Prefeitura Municipal de Toledo MG

Usuários:

José Maria do Couto
SINMEC – Sindicato de Indústrias Metalúrgicas de
Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva.

Federação das Indústrias do Estado de Minas
Gerais - FIEMG: Laene Fonseca Vilas Boas;

Sociedade Civil:

- BLOSS: Sidney José da Rosa

Associação Atrativos do Salto: José Carlos
Zambone;

Convidados:

Sergio Razera, Ivens de Oliveira, Katia Gotardi
Agencia PCJ
Luiz Roberto Moretti DAE São Paulo.
Gabriel Augusto Campos P- M – Itapeva - MG

Pauta da reunião:

1. Abertura.
2. Analise e aprovação da Ata da I Reunião Ordenaria.
3. Indicação dos representantes do CBH PJ1 para participarem do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.
4. Elaboração do Termo de Referencia relacionado ao funcionamento do escritório do CBH PJ1 em Camanducaia MG.
5. Deliberação relacionada a aplicação dos recursos financeiros provenientes da Cobrança Estadual Mineira e Federal pelo Uso dos Recursos Hídricos – Elaboração do Plano de Trabalho;
6. Revisão do Plano de Bacias dos Comitês dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiáí.
7. Comemoração do 10º Aniversário do Comitê dos Rios Piracicaba Jaguari.
8. Outros assuntos;
9. Informe dos Conselheiros
10. Encerramento.



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

11. Aos 18 dias do mês de Outubro de 2018, nas dependências do auditório da Câmara Municipal de Itapeva - MG, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacias Hidrográficas PJ1 registrando-se a participação de 07 pessoas, entre representantes dos municípios, usuários de recursos hídricos, entidades do Governo do Estado de Minas Gerais e representantes da Sociedade Civil e convidados.
- 5 ITEM DE PAUTA 1: José Maria do Couto representante do (SINMEC) Sindicato de Indústrias Metalúrgicas de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva, deu início aos trabalhos informando que estabelecido o quórum se dariam início a segunda reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba Jaguari CBH PJ1, agradeceu a presença de todos e informou que o lema da atual diretoria é
- 10 Gestão e Ação e isso acontecerá conjuntamente com os representantes do Comitê Mineiro, Comitê Federal e com a Agencia PCJ, e com essas considerações passou a palavra aos Sr. Sidney José da Rosa, Secretario Executivo do CBH PJ1 e representante da BIOS Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana, este agradeceu a presença de todos e a sessão do espaço por parte da Câmara Municipal de Itapeva MG e deu as boas vindas à cidade. Em seguida justificou a ausência do representante do IGAM, Sr. Danilo Chaves, que por estar trabalhando na elaboração de um edital
- 15 não pode estar presente e da Sra. Rosângela Krepp Secretária Adjunta, que por estar em férias justificou a ausência, lembrou ainda que mesmo com justificativas as ausências serão contabilizadas como falta pois o Regimento Interno não prevê justificativas. Foi dada sequência a reunião. ITEM DE PAUTA 2: Análise e aprovação da Pauta da I reunião Ordinária; O Secretario Executivo informou que a ata havia sido encaminhada para os Conselheiros com a devida antecedência e solicitou a dispensa da leitura da mesma, o que foi acatado por unanimidade, em seguida perguntou se havia algum questionamento a respeito da mesma e havia algo a ser acrescentado ou retirado do referido documento. Não havendo manifestações colocou a aprovação da ata em votação e esta foi aprovada por unanimidade. ITEM DE PAUTA 3: Indicação dos representantes do CBH PJ1 para participarem do
- 20 Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Sidney José da Rosa, explicou o que é o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias, a periodicidade das reuniões e que essas são itinerantes no Estado de Minas Gerais, e que no âmbito nacional a finalidade e os propósitos são os mesmos mas a nível nacional. Disse que as despesas de participação no Fórum Mineiro é de responsabilidade do IGAM e que a participação no Fórum Nacional o custeio fica a cargo da Agencia das Bacias PCJ. Izabella Correia de Rezende da SEDA, perguntou sobre a data e os locais dessas reuniões e Sidney Rosa respondeu que a próxima aconteceria no dia seguinte em Belo Horizonte e que na maioria das vezes estas eram itinerantes e já haviam ocorridas reuniões em varias partes do Estado e que o PJ1, inclusive já sediou uma edição do Fórum Mineiro, informou ainda que o Fórum Nacional aconteceu este ano em Florianópolis e no próximo ano será em Foz do Iguaçu- PR e em 2020 acontecerá em Palmas - TO. Laene Villas Boas da FIEMG, disse que o Fórum Nacional acontece em paralelo ao ENCOB e Luiz Roberto Moretti do DAE SP complementou que quem organiza o ENCOB são os representantes do Fórum Nacional. Izabella Rezende da SEDA perguntou se a indicação era para o próximo ano e Sidney José da Rosa informou que a representação era imediata e que o representante deverá apresentar um resumo dos assuntos tratados nesses Fóruns e que sejam participativos no que concerne a gestão de águas e que entendam dos temas que serão
- 35 debatidos, afirmou que já havia participado do Fórum Mineiro inclusive participado do colegiado coordenador e que a participação é de fundamental importância para o Comitê. Sergio Razera da Agencia PCJ, lembrou que o representante deve representar as decisões do Comitê e não a entidade a qual este faz parte nos Fóruns e muito menos a sua vontade pessoal, tem que saber o que já foi aprovado pelo Comitê e o que precisa ser debatido. Izabella Rezende disse que Foz do Iguaçu tem um sistema de produção de água semelhante ao que ocorre aqui na Bacia do PJ1 e que essa experiência poderá trazer benefícios aqui para a Bacia PJ1. Foi perguntado a respeito do interesse dos membros em participar. Os Conselheiros Izabella Rezende da SEDA e o Sr. Sidney José da Rosa representante
- 40
- 45



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) no 13.199/99 (CBH-PJ)

50 da BLOSS se credenciaram a representar o Comitê nos referidos Fóruns e em seguida foi colocado em
votação e aprovado a indicação por unanimidade ficando a Sra. Izabella como titular e o Sr. Sidney
como suplente. ITEM DE PAUTA 4: Elaboração do Termo de Referencia relacionado ao funcionamento
do escritório do CBH PJ1 em Camanducaia MG. Sidney José da Rosa disse que este assunto já era
55 bastante recorrente nas discussões do Comitê, falou da necessidade do funcionamento do Comitê para
dar suporte às ações do CBH PJ1 e que já haviam ocorrido duas reuniões entre as diretorias do CBH
PJ1 e o Comitê Federal e outra entre as duas diretorias e a Agencia PCJ, relatou que a Agencia já havia
60 prestado esse auxilio através de um contrato com a IRRIGART, porem com o final do contrato se faz
necessário elaborar um novo Termo de Referencia e neste deve constar as principais demandas e
necessidades que o Comitê possui nesse momento para que a Agencia possa efetuar uma nova
contratação e atender essas demandas. Em seguida apresentou algumas demandas que foram
estabelecidas anteriormente pelo escritório e José Carlos Zambone da Associação Atrativos do Salto
65 lembrou que aquelas atribuições eram do contrato antigo e Sidney informou que aquelas ações eram
apenas para nortear a elaboração das propostas e que estas poderiam ser alteradas de acordo com o
que os Conselheiros julgassem plausíveis, informou ainda que uma das atribuições do escritório é
prestar apoio as Prefeituras no que se refere a gestão de águas uma vez que estas, em virtude da
grave crise financeira, pela qual passa o Estado de Minas Gerais, não tem condições de promover essa
70 gestão, disse que deverá ser uma atribuição do escritório estabelecer uma ligação entre as Prefeituras
e os órgãos gestores estaduais e federais, a Agencia PCJ e os Comitês Estadual e Federal. Ressaltou
que até o momento a Agencia prestou todo apoio necessário a estas Prefeituras disponibilizando
recursos para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento e Recursos Hídricos dos 5 municípios,
75 elaboração de um projeto de macro drenagem para os Distritos de Areias e Flores em Itapeva entre
outras ações. Sergio Razera elencou as varias ações que a Agencia já executou aqui na Bacia e que a
finalidade do escritório é apoiar e acompanhar essas atividades que ocorrem aqui na região, e que a
empresa denominada gerenciadora tem a função de acompanhar essas ações sem a Agencia precisar
se deslocar de Piracicaba ate aqui para fazer este acompanhamento. Sidney José da Rosa observou
80 que, as ideias que foram apresentadas eram apenas um norte para se definir as atribuições do
escritório, uma vez que as demandas quando se elaborou as ideias que estavam sendo expostas eram
ações pensadas em atividades ligadas à PSA, e agora o propósito do Comitê é outro. As novas
atribuições terão que ser elencadas sobre essas novas atribuições do Comitê PJ1. Sergio disse que as
atividades colocadas eram pra atender as demandas da Agencia em Piracicaba e que agora a realidade
85 era outra. José Maria do Couto, disse que nas reuniões que ocorreram entre a Agencia PCJ e a
diretoria do Comitê Federal já haviam sido colocads todas ass novas demandas do Comitê e as
atribuições do escritório, disse que o profissional a ser contratado deve ter nível superior e que deve
conhecer a realidade da Bacia para que este vá até os produtores e possa transmitir confiança aos
mesmos, que o profissional deve acompanhar as atividades em campo e dar um suporte às prefeituras.
90 O escritório deve prestar uma acessória administrativa as ações do Comitê viabilizando a ocorrência de
reuniões e de outras atividades que possam ocorrer na Bacia afim de fortalecer as ações do Comitê e
que essas pretensões são irrevogáveis e que o Comitê precisa ainda de uma infra estrutura para
viabilizar todas essas ações, como um carro a disposição dos Conselheiros e da equipe que la for
trabalhar, de equipamentos que se fizerem necessários para que estas ações aconteçam. Lembrou que
havia um acerto entre a Prefeitura de Extrema e da Agencia PCJ para que se fizesse a doação de
veículo que ficaria a disposição do Comitê PJ1 e perguntou ao Sr. Sergio Razera se a Agencia PCJ
teria condições de dar a manutenção nesse veículo e Sergio respondeu que a princípio essa
manutenção ficaria a cargo da Prefeitura. Ivens de Oliveira da Agencia PCJ disse que o processo de
doação do carro já esta em fase de conclusão e que em breve esse veículo será disponibilizado à
Prefeitura de Extrema e esta deverá encaminhar ao Comitê. José Maria do Couto salientou que há a



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

95 necessidade de se definir com o Sr. Paulo Henrique Pereira da Prefeitura Municipal de Extrema, se
estes puderam dar as devidas manutenções no referido veículo uma vez que o Comitê não tem
condições de arcar com essas despesas e as devidas manutenções não poderiam ficar a cargo dos
conselheiros. Sergio Razera disse que isso poderia ser definido sem problemas e José Maria disse que
se houver algum entrave esse carro pode ser destinado à Prefeitura de Itapeva ou a qualquer outra
100 Prefeitura e que no momento o Sr. Paulo Henrique é suplente nesse colegiado mas que se faz
necessário contactar logo para que tenhamos clareza nesse processo e para que ele mesmo na condição
de suplente possa contribuir com as ações dentro do Comitê já que é um grande conhecedor de gestão
de recursos hídricos e sua participação é de fundamental importância em todas as tratativas do Comitê
PJ1. Sergio Razera disse que acredita que haja interesse do Sr. Paulo Henrique em contribuir uma vez
105 que o Projeto Conservador da Mantiqueira está em andamento nos Municípios, e que esse combinado
se dava no sentido do carro servir de apoio no acompanhamento das atividades no Comitê, que já
havia sido doados dois carros uma para Camanducaia e outro para Itapeva e que esta doação se
daria nos mesmos moldes que os outros, que era um carro ano 2008 mas que em boas condições de
uso. José Carlos Zambone da Associação Trativos do Salto, disse que todas essas tratativas deveriam
110 ser registradas para que não houvesse futuros questionamentos, disse acreditar na fala do Sr. Paulo
Henrique mas quando se fala em Município é outra história, chamou a atenção a respeito do que se
quer para o escritório e que tudo isso deve ser colocado em um documento e partir de então se
preparar um Termo de Referência para contratação da empresa e que naquele momento não era
possível elencar todas as demandas que este escritório possa ter. José Maria do Couto disse estar
115 expondo essas necessidades pois acredita que as decisões do Comitê não podem ser tomadas apenas
pela diretoria e sim pelo colegiado. Sergio Razera disse que o que havia sido conversado anteriormente
era a respeito de qual estrutura de mão de obra e de apoio seria dado ao Comitê PJ1, quais as
atividades que estas pessoas que estarão a disposição do PJ1 irão exercer e que isto tem que estar
bem especificado no Termo de Referência uma vez que o Comitê PJ1 tem compromissos que são
120 demandados pela Política Estadual de Recursos Hídricos, e citou como exemplo o registro de atas,
convocações e planejamentos de atividades administrativas e tudo isso era feito por essa empresa que
prestava essa assessoria aqui na Bacia, que esta empresa prestou serviços por dois anos aqui na
Bacia e que a estrutura da empresa era composta por cinco funcionários, que em uma reunião do CBH
PJ1 ficou definido que o valor pago para contratação da empresa naquele momento foi considerado
125 exorbitante e que seria destinado cento e cinquenta mil Reais anuais para manutenção da mesma e
que o restante do valor seria aplicado nos Projetos de PSA, e José Maria do Couto, na condição de
Presidente do Comitê, havia demandado junto a Agência a contratação de uma empresa para dar
suporte técnico e administrativo para as ações do Comitê e promover a interlocução com todos os
órgãos ligados a gestão das águas na Bacia, que o Presidente havia solicitado também um veículo para
130 dar o suporte necessário as ações dentro da Bacia e viabilizar a participação dos Conselheiros em
eventos dentro e fora da Bacia PJ. Informou que não existe dentro das possibilidades legais uma forma
de ressarcir o quilometro rodado para os Conselheiros que por ventura viajem para outras localidades
afim de participarem de eventos ligados as ações do Comitê e que a forma encontrada seria incluir nas
atribuições dessa empresa a ser contratada para dar o suporte ao Comitê a disponibilização de um
135 carro afim de viabilizar esses deslocamentos. Sidney José da Rosa acrescentou que essa seria a
melhor forma de disponibilizar o veículo pois se não teria como os conselheiros arcar com as despesas
desse veículo e daria na mesma em ir com o carro do Comitê e com o carro particular e que a forma
proposta pela Agência PCJ era a que melhor atendia as necessidades nesse sentido. Izabella Rezende,
perguntou quantos projetos estão em andamento no momento na Bacia. Katia Gotardi respondeu que
140 na Agência PCJ as atribuições são divididas por setores e Izabella perguntou se existe um Projeto
contratado pela Agência PCJ na Bacia e Sergio Razera respondeu que existe um de macrodrenagem



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

145 em Camanducaia, que acabou de entregar dois Projetos em Itapeva de dois Distritos de Areias e Flores que são da área de Saneamento e que para execução desses a Prefeitura de Itapeva poderá buscar recursos para executá-los. Izabella Rezende questionou se esses projetos que necessitam de acompanhamento do escritório ainda não estão sendo executados e Katia Gotardi disse que esses foram demandados pelo Comitê e que precisa se decidir se estes serão ou não executados. Izabella Rezende perguntou sobre os prazos para execução desses Projetos e Ivens Oliveira respondeu que estes podem ter uma periodicidade de doze a sessenta meses. Sidney Jose da Rosa explicou que a maior demanda na Bacia é por Projetos de PSA e que a ideia de ação dessa empresa é prestar apoio

150 na escolha das áreas a serem cercadas, do convencimento aos produtores a aderirem aos Projetos também se pretende desenvolver Projetos na área de educação ambiental, e de executar ações que estão estabelecidas no Plano Municipal de recursos Hídricos que foi elaborado pela Agencia PCJ, e dar um suporte na execução das ações elencadas nesse plano, como recuperação de estradas rurais que é uma demanda explicitada em todos os municípios da Bacia e auxiliar em ações que visem a melhoria da quantidade e qualidade da água na Bacia. e por isso é necessário o apoio do escritório, além do apoio administrativo já colocado pelo Sr. Sergio Razera. Izabella Rezende disse ter feito parte de uma empresa que prestou assessoria ao Comitê do Rio das Velhas e disse que no Comitê há três braços de atuação, um é a parte mais administrativa, outro a de mobilização social pois essa mobilização ela tem que atender todos os agentes existentes na bacia como estudantes, produtores rurais, entre outros. E um outro pra cuidar da parte técnica e que acredita que tem que haver no Comitê capacitação dos

155 Conselheiros, dos produtores rurais, de representantes de prefeituras e ainda um plano de mídia para que seja explicitado à comunidade a realidade na Bacia e que acredita que apenas dois funcionários não atenderiam todas essas demandas. Sidney José da Rosa disse estar muito satisfeito em saber do conhecimento da Conselheira Izabella Rezende e que as colocações que ela fez condiz com a nossa realidade, disse que a Agencia tem uma equipe de comunicação e que essa equipe poderia nos ajudar nesse sentido, sugeriu que num prazo de dez dias cada Conselheiro enviasse a Secretaria Executiva, propostas de ações para o escritório e ao final dos dez dias a Secretaria Executiva encaminharia essas demandas a Agencia. Sergio Razera lembrou que existe um recurso financeiro destinado a essa finalidade que a contratação da empresa será paga com esse recurso. Katia Gotardi disse que dentro da Cobrança Federal pelo uso da água existe o PAP (Plano de aplicação plurianual) e que dentro desse plano existe sessenta e três ações e que dentro dessas ações existem algumas que contemplam o CBH PJ1 e que na época da discussão da aplicação desses recursos ficou definido que o dinheiro seria aplicado em PSA, porém agora as demandas mudaram e os Conselheiros precisam decidir sobre essa aplicação, e que a empresa não será colocada aqui e deixada a mercê, Ivens de Oliveira disse que as ações da empresa estarão sob os cuidados da Agencia. Katia Gotardi disse que a legislação mineira é bastante exigente e que precisa de tempo e habilidade para ser feito. Izabella Rezende lembrou que todas as especificações precisam estar sempre muito bem explicitada para que não haja problemas futuros e desencontros no que foi proposto e no que está sendo executado. Katia Gotardi disse que projetos de educação ambiental, de mobilização não deveriam ser aportadas aos funcionários do escritório pois estes não terão habilidade e nem tempo para executar essas ações, Sidney José da Rosa discordou e disse que cada coisa acontecerá em um momento diferente e não implicará em sobrecarga aos funcionários do escritório. Izabella Rezende disse que assessoria as Prefeituras não podem ser feitas por alguém do administrativo e sim por um técnico, e que para se elaborar uma ata tem que ser do administrativo. O Presidente do Comitê definiu como data para envio de propostas de

160 atividades para o escritório do CBH PJ1 o dia 28 de Setembro e no dia 01 de outubro o prazo para envio dessas demandas para a Agencia PCJ. Essa proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente José Maria do Couto, voltou a abordar o tema concernente a custeio de viagens para os Conselheiros participarem de eventos dentro da Bacia PCJ, disse que os

165

170

175

180

185



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

190 valores não cobriam os gastos com combustível, pedágios e desgastes do veículo, já que éramos obrigados a disponibilizarmos nossos carros particulares para esta finalidade. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo da Agência PCJ informou que antigamente era possível se fazer o ressarcimento de diárias e pagar o quilometro rodado mas que por uma determinação da Advocacia Geral da União e da Agência Nacional de Águas, essa prerrogativa foi alterada sendo determinado o pagamento de diárias fixas para deslocamentos dentro e fora da Bacia, sendo delimitado valores para custeio de despesas para capitais e cidades do interior e que não havia como essas questões serem contestadas já que esta é uma normativa Federal. Mas afim de atender as demandas do CBH PJ1, a Agência PCJ estava elencando na região empresas que prestem serviços de taxi executivo para que, quando houver necessidade, essas empresas possam levar os Conselheiros a reuniões e eventos onde eles ocorrerem. Sergio Razera disse concordar que não é correto que se coloque dinheiro do próprio bolso para custear despesas com o Comitê, mas que muitos já o fizeram e que todos os membros dos Comitês tanto do Federal, do Paulista e do Mineiro estão sujeitos a essas regras e que nesse sentido a três possibilidades de se solucionar o problema: A primeira contratando essa empresa de taxi executivo, porém esta será disponibilizada em razão de manadas e não de qualquer maneira, a segunda com a disponibilização do carro através da Prefeitura de Extrema e que este só não foi disponibilizado ainda por conta do período eleitoral e a terceira é a disponibilização de um carro através da gerenciadora e que todas essas possibilidades estão sendo averiguadas pois acredita que a demanda daqui para frente de participação dos membros será maior e de fundamental importância para todos os membros dos Comitês PCJ. Sidney José da Rosa elogiou as providências da Agência PCJ no sentido de solucionar o problema e salientou que a Agência PCJ havia se comprometido em arranjar uma alternativa para esse problema e que este havia sido citado inclusive na reunião da CTPL e que as soluções propostas atenderiam sem dúvidas as demandas dos Conselheiros neste sentido. O próximo assunto a ser pautado foi Deliberação relacionada a aplicação dos recursos financeiros provenientes da Cobrança Estadual Mineira e Federal pelo Uso dos Recursos Hídricos – Elaboração do Plano de Trabalho; Sidney José da Rosa disse que num primeiro momento haviam sido alocado um valor de aproximadamente 1 milhão de Reais para ser aplicado na porção mineira do PJ e Sergio ratificou os valores, alegando que seria em torno 2 milhões 650 mil para os Projetos de PSA e 550 mil para a estruturação do escritório, isso dentro de um prazo de 3 anos. Katia Gotard disse que esses valores seriam especificados na apresentação do Termo de Referência e que em 2020 o PAP seria renovado e se houver necessidade esses valores poderão ser revistos. Laene Villas Boas disse ser necessário estabelecer as ações e ver quanto de disponibilidade financeira existe para execução desses projetos, pois se não for assim não haverá avanços nas discussões e nem execução dos projetos a serem desenvolvidos na Bacia. Sidney José da Rosa lembrou os valores que foram definidos para aplicação dos recursos: em torno de 2 milhões e 600 mil para o PSA e em torno de 500 mil para a funcionalidade do escritório, e perguntou ao Presidente da Agência PCJ Sergio Razera se seria possível fazer um remanejamento desses valores, tirando investimentos do que estava destinado aos projetos e os aplicando em ações de educação ambiental por exemplo. Sergio respondeu que o PAP é aprovado pela plenária do Comitê e que isso só poderia ser revisto em abril de 2019 que é quando a Agência faz o balanço do PAP e que é quando se pode fazer esse remanejamento. José Maria disse que até Abri do ano de 2019 era totalmente possível se desenvolver as ações propostas e Sidney José da Rosa disse que em virtude das novas demandas criadas pela diretoria e pelo Conselho no momento oportuno se fará a revisão das ações e o remanejamento dos recursos financeiros a serem aplicados na Bacia. Izabella Rezende perguntou sobre a obrigação legal que se tem que aplicar 7,5% dos recursos em custeio e o restante em projetos e que se essa exigência legal não alteraria essa aplicabilidade proposta. Ivens de Oliveira disse que isso dependeria de uma série de coisas, como a arrecadação por exemplo. Izabella Rezende sugeriu que essas novas demandas deverão ser debatidas com antecedência pelo Conselho para que a



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

240 aplicação desses recursos atendam as demandas da Bacia PJ. Sidney José da Rosa disse que no que compete a porção mineira existe um recurso parado de 850 mil Reais e que é uma das metas dessa nova diretoria é buscar esse recurso afim que esse dinheiro seja aplicado dentro da bacia dos Rios Piracicaba Jaguari e sugeriu que os prefeitos dos cinco municípios fossem a Belo Horizonte para demandar esse dinheiro. Laene Villas Boas disse que antes de irmos a Belo Horizonte teríamos que definir onde aplicaríamos esse dinheiro e que este poderia ser usado para as demandas que foram elencados nos Planos de Recursos Hídricos que cada município possui, que estamos focando muito no PSA e esquecendo desse Plano que custou dinheiro e esta engavetado nos municípios. Sergio Razera disse que todo dinheiro fruto da cobrança, seja ela Estadual ou Federal a primeira decisão para aplicação desse recurso é a definição do Comitê de onde esse dinheiro será aplicado e que neste sentido existe uma deliberação que diz que os recursos da cobrança mineira seriam destinados integralmente à projetos de PSA e que para alterar isso teria que ser alterado em uma reunião plenária afim de solicitar esse dinheiro junto ao IGAM e que a norma da legislação mineira é que a aplicação dos recursos provenientes da cobrança mineira pelo uso da água seja referendada pelo Comitê e isso poderá ocorrer na próxima reunião plenária. Laene Villas Boas disse que essa discussão poderia ocorrer no âmbito das prefeituras já que serão elas quem usaram esses recursos e Sidney da Rosa sugeriu que esses recursos poderiam ser aplicados no pagamento pelos serviços ambientais uma vez que isso já esta previsto até em Lei, e que poderia se fazer a execução dos projetos com os recursos da cobrança federal e o pagamento aos produtores com os recursos da cobrança mineira. Sergio Razera disse que quando o IGAM assumiu o papel de entidade equiparada havia um entendimento entre eles e a Agencia para que se firmasse um convenio entre a Agencia e o IGAM para que se pudesse buscar a aplicabilidade desses recursos porem, o Sr. Paulo Henrique Pereira achou mais conveniente que este convenio fosse firmado diretamente entre as Prefeituras e o IGAM. Laene Villas Boas perguntou o que faltava ser feito para a celebração desse convenio e se alguma Prefeitura já havia feito e Sergio Razera respondeu que nada foi feito e que nenhuma prefeitura firmou o convenio. Laene Villas Boas disse que embora acredite que o Estado não tenha esse dinheiro nesse momento para destinar ao Comitê, é necessário elaborar o convenio para que no momento oportuno se possa usar esse dinheiro para a gestão de águas na Bacia. Izabella Rezende sugeriu que as Prefeituras encaminhem suas demandas ao Comitê e esse oficialize isso ao IGAM para que se possa ter um registro do pleito dessas prefeituras. José Maria do Couto sugeriu que as Prefeituras presentes poderiam levantar essas demandas junto aos prefeitos e comunicar essas demandas ao Comitê e aos municípios ausentes para que todas pudessem estabelecer o que necessitam para a promoção da gestão de recursos hídricos em seu respectivo município e que se a Prefeitura Municipal de Extrema não se interessar pelo recurso disponível, como foi falado pelo seu representante Sr. Paulo Henrique Pereira em uma reunião do CBH PJ1 este deveria comunicar tal decisão via oficio. Nesse sentido ficou definido que as prefeituras deveriam encaminhar essa demanda ao Comitê e este encaminhara estas demandas ao IGAM. Sergio Razera explicou sobre a complexidade de se obter esses recursos, disse ser necessário um detalhamento das ações através de um plano de trabalho, elencando as ações, etapas e tudo o que concerne a aplicação dos recursos. Sidney da Rosa, disse que no oficio que deverá ser encaminhado ao IGAM já esteja explicitado a finalidade do recurso que será para o pagamento dos serviços ambientais afim de não correr risco de não poder ser aplicado o recurso para esta finalidade. Laene Villas Boas lembrou que em uma das reuniões o Sr. Danilo Chaves do IGAM disse ser possível a aplicação do recurso para esta finalidade. Sergio Razera sugeriu que as Prefeituras se reúnam com antecedência e já se coloquem a par do que é um convenio, do que é um plano de trabalho para que se tenha facilidade em elaborar todo esse processo. Izabella Rezende, disse que essa analise poderia ocorrer em um segundo momento e que deveria se ater apenas em levantar as demandas. Sidney da Rosa disse que já se poderia adiantar o processo já que as necessidades das prefeituras eram muito parecidas, não havendo a necessidade de



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

285 se fazer uma para cada município. Laene Villas Boas sugeriu que o Comitê encaminhasse um ofício às
prefeituras solicitando que essas encaminhassem suas demandas em um prazo de quinze dias para
manifestação. Sergio Razera lembrou que havia um pré acordo com o IGAM de se firmar um convenio
para aplicar os recursos arrecadados e também com a arrecadação futura, e que esse convenio teria
um prazo mínimo e vigencia de cinco anos. Sidney da Rosa recaptulou dizendo que os recursos
290 provenientes da Cobrança Federal seriam revistos até abril de 2019, e que as discussões sobre essas
aplicações já poderiam ser discutidas a partir da próxima reunião do CBH PJ1. Katia Gotard lembrou
que todos os Comitês PCJ seguem o que esta estabelecido no Plano de Bacias e que neste Plano esta
estabelecido no que e onde são as maiores demandas da Bacia e o que deve ser demandado como
prioridade e que nesse sentido é de fundamental importância a participação de todos os membros do
CBH PJ1 na revisão desse Plano que esta acontecendo no âmbito dos Comitês PCJ. Laene Villas Boas
disse ser necessário entender na revisão do Plano o que foi feito, o que foi proposto anteriormente e as
295 demandas futuras, para que se possa estabelecer futuras ações e saber onde se pode chegar porque
se não ficaremos presos a questões menores e não chegaremos em um consenso. Sidney da Rosa,
disse ser necessário uma ampla discussão sobre a aplicação dos recursos da Cobrança Federal uma
vez que muita coisa havia mudado após a decisão dos percentuais a serem aplicados nos Projetos na
bacia do PJ1 e que as demandas haviam mudado e que a realidade era outra, inclusive agora não
300 poderíamos contar com o auxilio da Prefeitura de Extrema, o que ocorreria naquele momento e hoje
não haverá mais esse apoio por parte dessa entidade. Laene Villas Boas, disse que essas demandas
devem ocorrer em paralelo com a revisão do Plano pois essas ações precisam estar prevista nesse
Plano de Bacias para que uma coisa não exclua a outra e que no seu entendimento estamos focados
apenas no PSA e existem outras demandas. Sergio Razera disse que as demandas estipuladas com a
305 revisão do Plano de Bacias poderão ser aplicadas a partir de 2021 e os recursos da cobrança Federal
que já estaram disponíveis para serem aplicados em novas demandas a partir de abril de 2019. Katia
Gotardi esclareceu cada etapa da revisão do Plano e disse que esta sendo elaborado os cadernos
temáticos e que é necessário o engajamento dos membros do CBH PJ1 e que há tempo hábil para isto.
Sidney da Rosa, disse ter contactado a Sra. Adriana Aisenburg, responsável pela revisão do Plano nas
310 bacias PCJ e esta havia se comprometido a vir na próxima reunião do CBH PJ1 e esplanar toda a
metodologia que esta sendo utilizada nessa revisão e esclarecer todas as duvidas que possa haver por
parte dos Conselheiros. Izabella Rezende solicitou que a Agencia encaminhasse aos Conselheiros o
link do Plano de Bacias atual e dos Planos Municipais de Recursos Hídricos para que os Conselheiros
possam ter uma noção da realidade de cada município e da Bacia como um todo. Laene Villas Boas
315 concordou com a proposta afirmando que dessa maneira poderemos ter um norte das ações que
ocorreram na Bacia. Sidney da Rosa sugeriu que para a próxima reunião as Prefeituras, baseadas no
Plano Municipal de Recursos Hídricos tragam as suas demandas para o Comitê afim que se possa
definir futuras ações no âmbito da Bacia. Sergio Razera disse que se deixasse para próxima reunião
essa demanda não aconteceria e que deveria se marcar uma reunião para se tratar especificamente
320 desse assunto. Katia Gotardi sugeriu que as Prefeituras vissem primeiro a apresentação do Plano de
Bacias e após terem ciência do que esta estabelecido na proposta de revisão do Plano estabelecerem
suas demandas. Sidney da Rosa discordou e disse acreditar que cada Prefeitura já sabe de suas
demandas e que essas são semelhantes entre si e que todas já tem inclusive materiais para fazer o
levantamento de suas necessidades. Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva MG,
325 sugeriu que as Prefeituras se reunissem e levantassem essas demandas, que essa reunião deveria
acontecer apenas entre os municípios antes da próxima reunião do Comitê. Laene Villas Boas, sugeriu
que se crie um grupo de trabalho entre as prefeituras e que essas tragam essas demandas para a
próxima reunião que devera acontecer em novembro, e que essas demandas deverão ser
encaminhadas aos Conselheiros juntamente com a convocação da próxima reunião do CBH PJ que



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

330 ocorreria no dia vinte e sete de novembro do presente ano. Proposta que foi aceita pelos representantes
das Prefeituras de Itapeva e Camanducaia presentes na reunião. Essa proposta foi colocada em
votação e aprovada por unanimidade. Em seguida foi abordado o item Revisão do Plano de Bacias dos
335 Comitês dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiáí. Laene Villas Boas sugeriu que as discussões a
respeito do Plano poderiam ser feitas através de vídeo conferência para facilitar para os Conselheiros em
relação ao deslocamento. Sergio Razera disse que sua experiência com essa tecnologia não eram boas
e os demais Conselheiros decidiram que esta deveria ser presencial. José Maria do Couto disse que
se deveria marcar uma reunião informal para a análise dessa revisão, e ficou definido que se
consultaria a agenda da Sra. Adriana para se marcar uma reunião específica para essa apresentação e
que esta data seria compartilhado com todos. Essa proposta foi colocada em votação e aprovada por
340 unanimidade. Em seguida foi discutido o item Comemoração do 10º Aniversário do Comitê dos Rios
Piracicaba Jaguari. Sidney da Rosa, disse que o Comitê PJ completou dez anos e que estaremos
comemorando esse aniversário no dia 01 de dezembro de 2018 e que a Prefeita de Itapeva MG havia
conseguido junto ao Hotel Vale Suiço Resort a sessão do espaço para essas comemoração, disse que
a diretoria havia pensado em uma festa para lideranças municipais, produtores rurais além dos
345 representantes desse Conselho, mas que em conversa com o Sr. Sergio Razera, presidente da Agência
PCJ o entendimento era de se fazer uma comemoração um pouco menor, com a presença de
aproximadamente noventa convidados. Em seguida Sergio esclareceu que são três Comitês, que o
Federal está completando quinze anos, o Estadual Paulista vinte e cinco anos e os dez anos do CBH
PJ e que ocorreram várias comemorações em todos esses eventos. Disse que foi contratado uma
350 empresa para organizar a festa e que por isso é importante a definição do número de convidados e quem
serão os convidados. José Maria do Couto disse que as Prefeituras possuem uma lista de todas as
associações de Bairro e que isso deveria ser disponibilizado para que esses líderes sejam convidados.
Izabella Rezende disse que os participantes dos projetos de PSA seriam essenciais nesse evento.
Sidney da Rosa disse que se for convidado um líder de cada comunidade mais os representantes do
355 comitê dariam um número muito superior ao estipulado. Sergio Razera disse que pode se haver uma
apresentação dos Comitês PCJ para se explicar a conjuntura do Comitê em relação a Bacia como um
todo, em seguida uma apresentação dos planos de trabalho da diretoria e se houver uma fala de
autoridades. Esse cronograma foi aprovado por todos. Sergio Razera lembrou ainda que terá que ser
analisado as possibilidades de se realizar o evento no Vale Suiço uma vez que esse hotel os valores
360 são bastante exorbitantes e pode ser que não haja recursos para realizar esse evento no local. Ficou
definido que dentro de um prazo de uma semana a Prefeitura deveria se manifestar em relação a
sessão do espaço no referido hotel para que se pudesse definir as ações relativas as tratativas do
evento de comemoração do décimo aniversário do CBH PJ. Em seguida dentro do item outros assuntos
o Secretário Executivo Sr. Sidney José da Rosa abordou o tema sobre o nome que se daria às reuniões
365 do CBH PJ1, disse que na legislação mineira e no Regimento Interno do CBH PJ1 define que o Comitê
de Bacias se faça uma reunião dentro de uma periodicidade, disse que até então essas reuniões eram
feitas conjuntamente com os Comitês Paulista e com o Federal, porém segundo o IGAM os encontros
do CBH PJ1 essas reuniões precisam ser ordinárias e segundo o entendimento dos membros do
Comitê Federal se houver essa mudança haveria uma fragmentação nos Comitês prejudicando assim o
370 andamento das ações. Em seguida passou a palavra ao Sr. Luiz Roberto Moretti, secretário Executivo
dos Comitês dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiáí, que apresentou todo o processo de construção dos
Comitês PCJ, disse que a construção se deu pensando em um Comitê mineiro que veio acontecer no
ano de 2008. Disse que o Comitê Federal é a síntese dos Comitês Paulista e Mineiro. Salientou que até
os dias de hoje há divergências nas legislações e que ao longo do tempo se foi buscando a integração
375 dessas divergências e que quando se fala de água se independe de estar em Minas Gerais ou em São
Paulo e que isso vem sendo construído há 25 anos e que quando da criação dos Comitês tudo foi



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

380 discutido massivamente e tudo construído dentro de uma legitimidade legal e que se pensou em uma
integração para todas as esferas da Bacia procurando uma unificação dos modos de agir, inclusive para
as Camarás Técnicas e que os interesses não são de Minas Gerais ou de São Paulo e sim das Bacias
PCJ. Disse que toda a documentação seria única e a diretoria seria colegiada e que tudo esta amarrado
385 uns aos outros e que a ideia era mostrar ao país que se poderia trabalhar de forma conjunta e que para
a gestão de águas não existe divisas e que no lema dos Comitês PCJ o lema é somos PCJ
independente de onde se mora, se trabalha ou onde se tenha nascido. Disse que a discussão era o
que seria a partir de agora, se manteria a atual conjuntura ou se revogaria essa Resolução Conjunta e
alteraria o que estava estabelecido ate o momento. Moretti disse que no seu entendimento deveria se
390 permanecer como esta mas que isso quem deveria definir é esse colegiado. José Maria do Couto, disse
não haver interesse em promover nenhuma separação dos Comitês PCJ e que isso é consensual entre
a atual diretoria e os Conselheiros do Comitê pois a individualidade enfraquece as ações do Comitê e
que tudo o que foi pleiteado até o momento foi atendido pelos Comitês PCJ e que o que queremos é
uma gestão de resultados. Laene Villas Boas ressaltou que a realização das reuniões conjunta comos
Comitês PCJ inviabiliza a participação de todos os Conselheiros do CBH PJ1 já que não são todos que
395 possuem a disponibilidade de deslocamento, outra questão colocada pela Conselheira Laene foi a
questão do atendimento a legislação que no seu entendimento não estava sendo seguida integralmente
já que algumas coisas estabelecidas na legislação paulista não são permitidas de acordo com a
legislação mineira e vice versa e pra se construir um aprendizado nesse sentido é muito difícil para
400 ambas as partes, disse acreditar ser necessário continuar havendo as reuniões conjuntas dos Comitês
Mineiro e Federal porém ser tratado o que for concenrente ao que for no âmbito federal. Disse que há
necessidade de se fazer essa tratativa no âmbito federal é primordial que se faça essas reuniões locais
para que a comunidade local, como produtores rurais daqui de nossa região possam participar e esses
produtores podem vir aqui e não teriam disponibilidade de ir até Piracicaba por exemplo. Moretti disse
405 que que em outros Comitês, como o Grande por exemplo é necessário essa divisão uma vez que a
extensão territorial desses comitês são muito grandes, o que não ocorre nas Bacias PCJ. Laene Villas
Boas ressaltou que apesar de terem uma extensão territorial bastante significativa esses comitês não
produzem um terço da água que é produzida em nossa Bacia e disse acreditar que nos reunirmos
separadamente não impediria em nada a integração. Moretti por sua vez salientou que devido a Bacia
410 ter uma pequena extensão territorial e ter uma grande produção de água se faz necessário que se
mantenha essa integração. Sidney da Rosa lembrou que existe uma legislação e um Regimento Interno
dos Comitês que determina que o Comitê PJ1 devera se reunir dentro de uma periodicidade
estabelecida de forma ordinária ou extraordinária, mas que no seu entendimento o que estava em
discussão era o nome que se daria ao encontro dos Conselheiros da porção mineira dos Comitês e que
sendo assim se não haveria a possibilidade de nomear as reuniões que acontecessem na porção
mineira de Reuniões Ordinárias e as reuniões que ocorrerem no âmbito federal de extraordinárias?
415 Disse ainda que em uma reunião conjunta não seria possível se estabelecer um nível de diálogos e
discussões como as que haviam ocorrido naquela reunião. Sergio Razera disse que o nível de
discussão se da de acordo com as demandas elencadas pelos membros. Sidney da Rosa disse que em
uma reunião plenária não havia condições de produzir da mesma maneira que foi produzido naquele
momento. Sergio Razera disse que a porção tem o espaço que achar necessário dentro da reunião
conjunta e que se houver assunto a ser debatido Minas tem o tempo que for necessário para promover
420 as discussões que julgar pertinente e que não há problemas em se fazer uma reunião preparatória pra
se debater os assuntos concernentes à porção mineira mas que a reunião plenária tem que ser
conjunta. Izabella Rezende disse que há uma questão legal que define que o Comitê Mineiro se reúna e
que não havia como mudar isso, que a Bacia é uma só mas que a unidade territorial é diferente sendo
necessário que as reuniões ocorram separadamente e que há no Estado de Minas Gerais varias



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

425 situações onde isso acontece e onde as reuniões são separadas. Sergio Razera disse que pode ser
que uma decisão venha a divergir de outra, que os Conselheiros tomem uma decisão no âmbito federal
e outra no âmbito Estadual se as reuniões ocorrerem de forma separada, e Izabella respondeu que isso
430 não ocorrerá uma vez que na maioria das vezes o Conselheiro é o mesmo. Sergio explicou que são
publicados deliberações que diferenciam as ações nas diferentes áreas da bacia. Laene Villas Boas
disse acreditar não ser produtivo discutir assuntos da porção paulista e nem para os paulistas discutir
assuntos concernentes a porção mineira e que na reunião no âmbito federal não há sequer paridade
435 entre os membros. Luiz Roberto Moretti disse não haver a necessidade de se haver essa separação
haja vista que os assuntos que foram debatidos nessa data não eram passivos de serem discutidos por
um comitê de bacias e poderiam ser decididos pela Agencia ou por uma câmara técnica. Sidney da
Rosa disse que a questão era exatamente essa, que muitos assuntos que para a porção federal não
tem relevância é importante para a porção mineira e que além disso o que esta se buscando é uma
440 autonomia do CBH PJ1 pois este ate então só funcionou graças ao apoio que a Agencia deu a porção
mineira fazendo inclusive coisas que eram de competência do Estado de Minas Gerais como avaliação
do Comitê, envio de documentos e outras coisas que sempre foram de nossa responsabilidade e o que
estamos buscando é assumir um protagonismo que é nosso por direito e por obrigação. Moretti disse
que isso pode ser feito sem a necessidade de se fazer as reuniões em separado o que foi discordado
445 pela Sra. Laene sob a alegação de que não vai haver nenhuma desconstrução ou enfraquecimento se
as reuniões ocorrerem de forma separadas. Izabella Rezende disse que tem que fazer o que esta
estabelecido em uma deliberação normativa do Estado de Minas Gerais que é a realização de reuniões
ordinárias. Sidney da Rosa disse que todos os presentes já haviam compreendidos a proposta e que o
tema deveria ser colocado em votação. Sergio Razera disse que as discussões devem ocorrer no
450 âmbito da bacia e não do território uma vez que se for levar em consideração as decisões pensando no
território mineiro isso impactara a porção paulista e vice versa e que as ações devem ser pensadas
como um todo. Izabella Rezende disse que uma reunião conjunta ou isolada não interfere em nada na
construção das discussões na Bacia e que uma coisa não exclui a outra. Sidney da Rosa lembrou que
nunca houve uma participação expressiva dos membros do PJ no contexto dos Comitês Federal e que
455 em cada tempo apenas um membro participa das reuniões, que em um determinado tempo foi ele, em
outro o Sr. Paulo Henrique de Extrema e que nunca houve uma participação de todos os membros do
Comitê PJ1 no Comitê Federal. Disse acreditar que em anos anteriores houve pouca produtividade na
construção da gestão dos recursos hídricos e que o intuito de se fazer uma reunião separada para a
porção mineira é fortalecer as ações com o Comitê Federal e com a Agencia o que foi concordado com
460 a Conselheira Laene Villas Boas. Luiz Roberto Moretti disse que se a decisão fosse no sentido de se
fazer uma reunião de forma isolada para a porção mineira seria necessário a revogação da deliberação
que institui a integração dos Comitês o que foi discordado pela maioria dos Conselheiros que alegaram
que não haveria desintegração já que as reuniões no âmbito federal continuaram ocorrendo
normalmente. Em seguida Sidney Jose da Rosa, secretario Executivo dos Comitês dos Rios Piracicaba
465 Jaguari informou que mediante ao quórum ali presente e que embora esse tema fosse bastante
polemico e passível de discussões os Conselheiros deveriam se manifestar pela realização de uma
reunião ordinária do CBH PJ1 e uma reunião dos Comitês PCJ no âmbito Federal sem haver assim,
desintegração do atual processo que envolvem os Comitês PCJ, José Maria do Couto disse não haver
quórum para a votação e Laene Villas Boas disse que o quórum era para se iniciar a reunião e não para
470 a votação e Sidney fez a contagem e contabilizou sete Conselheiro presente. O Sr. Gabriel Augusto
Campos disse que pediria vistas em relação ao seu voto e Sidney da Rosa o informou que ele não tem
direito a voto uma vez que a titular da vaga é a Sra Claudia Viveane e que por esta ocupar um cargo na
diretoria essa não tem suplência sendo assim quem deveria manifestar o voto era o Sr. Damião do
Couto representante da Prefeitura Municipal de Toledo MG. Giovanni Grande da Secretaria de Estado de



Comitê PJ

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ - Lei Estadual (MG) no 13.199/99 (CBH-PJ)

475

480

485

490

495

500

Saúde disse que teria muitas dificuldades em participar de reuniões que ocorram fora do Estado de Minas Gerais, uma vez que necessita de autorização para sair do Estado e se as reuniões ocorrerem fora não poderia participar. Mediante os esclarecimentos prestados Sidney José da Rosa colocou em votação a proposta de que ocorra uma reunião ordinária no âmbito da porção Mineira da Bacia e uma reunião conjunta no âmbito Federal das Bacias PCJ e por seis votos favoráveis e uma abstenção foi aprovado a proposta apresentada. Em seguida Laene Villas Boas disse ser necessário construir uma metodologia para essa nova realidade dentro dos Comitês e que será necessário uma análise, inclusive jurídica para que não haja prejuízo para a gestão das águas nas Bacias PCJ. Luiz Roberto Moretti disse que esse tema será pautado na reunião plenária e que deverá ser revogada a deliberação que determinava a integração dos Comitês. Izabella Rezende disse não ser esse seu entendimento e que tanto ela quanto os outros Conselheiros não entendem dessa forma e que não vê a necessidade de se desintegrar ou revogar nada a esse respeito pois no seu entendimento haverá um fortalecimento da integração ao invés de desintegração. Sidney da Rosa disse que não precisa ser revogada e sim alterada. Dentro do item informes dos Conselheiros o Sr. Gabriel Augusto Campos apresentou um diagnostico feito pela empresa Melhoramentos que apresentou a eficiência em seu uso de água na sua produção industrial. Foi levantado uma questão sobre o uso da água pela empresa Melhoramentos que onde a água de um rio passa pela empresa e essa faz o uso que é denominado não consultivo da água e que esta questão precisava ser revista pelo IGAM uma vez que se for outorgado o volume de água que passa pelo processo produtivo da empresa a mesma teria que outorgar um volume maior de água, promovendo assim uma gestão mais adequada da água e contribuindo para a arrecadação na Bacia. Laene Villas Boas sugeriu que se encaminha um ofício `SUPRAM informando a existência de Câmaras Técnicas no âmbito do Comitê PJ1 para que a análise das outorgas sejam submetidas a análise desse Conselho. Se discutiu a necessidade de se criar uma Câmara Técnica para se analisar as outorgas que possam haver entro da bacia PJ, definiu se que iria contactar o coordenador da Camara Tecnica do Comitê Federal e analisar a viabilidade de se utilizar a estrutura da Câmara do Comitê federal ou de se criar uma Câmara apenas para o CBH PJ1. Katia Gotardi disse que tudo o que concerne ao CBH PJ1 deverá ser encaminhado a ela e não a Secretaria Executiva para que onere a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Nada mais havendo Sidney José da Rosa agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

José Maria do Couto
Presidente do Comitê de Bacias dos Rios
Piracicaba e Jaguari - CBH PJ1

Sidney José da Rosa
Secretário Executivo do Comitê dos Rios
Piracicaba e Jaguari - CBH PJ1